

OS AÇORES E AS ELITES DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: MINISTROS E ALTOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS NATURAIS DO ARQUIPÉLAGO (1834-1910)*

PAULO SILVEIRA E SOUSA

1 – Introdução: o centro, a periferia e as elites durante o Liberalismo

O Estado liberal foi o grande impulsionador duma nova organização do espaço nacional nas suas várias vertentes, construindo novas instituições políticas e aparelhos administrativos. Desde as reformas de Mouzinho da Silveira em 1832 organizaria redes de funcionários e agentes capazes de criar, regular e reproduzir as práticas necessárias ao funcionamento da actividade política, económica, social e cultural, exercendo agora um controlo mais eficaz sobre os cidadãos e o espaço nacional. Neste processo, o território seria demarcado e classificado em termos precisos, construindo-se um modelo político específico, caracterizado pela concentração centralizada da tutela sobre os órgãos locais, por lógicas de representação condicionada e por novos circuitos de circulação das elites políticas e administrativas.

O século XIX foi, pois, o século da lenta criação do Estado contemporâneo, tal como hoje o entendemos, da formação das imagens e símbolos da cultura nacional e da instauração de um novo esquema de relações e de articulações institucionais entre centro e periferia. O Liberalismo surgia assim, apoiado sobre a matriz napoleónica, como o tempo da centralização, afirmando a supremacia do Estado sobre os poderes locais, unificando simultaneamente os estatutos e os códigos jurídicos que organizavam administrativa e politicamente a vida das populações. A exigência de novas formas de regulação das actividades políticas e económicas abria o caminho para uma nova confi-

* Comunicação apresentada ao *Colóquio Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Duque de Ávila e Bolama* realizado na cidade da Horta no dia 9 de Março de 2007, organizado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores com a coordenação científica do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e o apoio do Núcleo Cultural da Horta. A investigação para este texto foi realizada no quadro do projecto “O Recrutamento Parlamentar em Portugal 1834-1926: uma abordagem comparativa”, dirigido por Pedro Tavares de Almeida, FCSH-UNL e financiado pela FCT sob a referência POCI/HAR/58007/2004.

guração das redes da administração central e local, capaz de assegurar um maior poder e capacidade de intervenção sobre o espaço nacional e, ao mesmo tempo, activar uma representação mais alargada dos interesses. A Guerra Civil de 1832-1834 e os seus desenvolvimentos políticos e institucionais marcariam uma das maiores rupturas da História contemporânea de Portugal, numa mudança que, como veremos por esta pequena amostra, não afectou apenas as estruturas, mas também os protagonistas.

No entanto, não se pense que este modelo que concentrava o poder e a tutela em estruturas hierarquizadas, centralizadas na capital do Reino, esquecia as periferias e não necessitava delas para funcionar. Estas não eram apenas um sujeito passivo da política e da administração central. As periferias tinham como funções, entre outras, angariar votos durante o processo eleitoral – uma forma de legitimar o próprio sistema de poder –, além de recrutar e fazer circular as elites políticas. Estas últimas eram agora escolhidas num espaço geográfico mais vasto e englobavam uma boa parte das elites das províncias, que durante o Antigo Regime estiveram bem mais arredadas dos altos cargos da Administração e da direcção política do Estado (MONTEIRO 1998). A capacidade de renovação e de selecção dos melhores talentos era agora mais ampla e aberta à burguesia e classes médias. Em troca, o sistema fornecia aos representantes das periferias uma intermediação mais forte e directa com o governo central, abrindo novos circuitos de intermediação e novos lugares nas redes periféricas. O contingente de recrutamento das elites era portanto mais vasto e mais aberto, permitindo a selecção de indivíduos com perfis sociais e origens geográficas mais diferenciadas (ALMEIDA 1995). Os mecanismos de poder não eram, portanto, unívocos, nem eram apenas determinados pelo centro que, através das suas cadeias, regulava, de cima para baixo todo o sistema político e administrativo nacional (SOUSA 2007a e 2007b). Neste pequeno artigo apresentaremos resultados preliminares e materiais para um debate que se pretende mais vasto.

2 – Os Açores na composição dos ministérios da monarquia constitucional

Os Açores eram uma das áreas-fronteira do território de Portugal metropolitano. Durante o Antigo Regime o seu estatuto político e administrativo permaneceu híbrido, articulando as instituições de poder tradicionais que a colonização portuguesa foi promovendo e instalando pelos diferentes territórios – quer elas fossem municípios, corregedorias, capitánias, ou misericórdias –, e algu-

mas formas de delegação de poder específicas das áreas coloniais – como seria o caso dos governadores ou capitães-generais. Apenas o decreto de 4.7.1832, promulgado ainda em Ponta Delgada, por D. Pedro IV, reconhecera o arquipélago como mais uma das províncias do reino. Posteriormente esta posição seria sedimentada com a sucessiva uniformização das instituições administrativas do continente e ilhas adjacentes, realizada pelas reformas de Mouzinho da Silveira em 1832 e pela legislação de 1835-1836. O primeiro passo seria dado pelo decreto n.º 23 de 16.5.1832. Porém, esta primeira reforma da administração territorial seria revogada e alterada pela lei de 25.4.1835 e decreto de 18.7.1835. Estas alterações seriam, então, condensadas no Código Administrativo de 1836, sem que o lugar dos arquipélagos se tornasse a alterar. Apesar do reduzido peso demográfico, da escassa importância económica, da sua inserção periférica e da recente classificação formal enquanto parte integrante do território metropolitano, ao longo dos cerca de 80 anos de Constitucionalismo Monárquico, os Açores forneceram um contingente razoável de ministros e altos funcionários públicos.

Seguindo o pequeno opúsculo de José Augusto da Silva (SILVA 1871), onde nos são apresentados os elencos ministeriais entre 15 de Março de 1830 e 15 de Março de 1871, podemos tentar medir o peso dos naturais dos Açores na elite governamental. Com os trabalhos mais recentes de Pedro Tavares de Almeida e de Manuel Pinto dos Santos seremos capazes de completar este trabalho para todo o período da Monarquia Constitucional (ALMEIDA 1995 e SANTOS 1986). Nos primeiros 41 anos, que medeiam entre 1830 e 1871, apenas surgem dois ministros naturais do arquipélago: José Maria de Morais Rego e António José de Ávila. O primeiro era general de brigada, da arma de infantaria, e, foi, várias vezes, deputado às Cortes (1871 e 1874). Nasceu na ilha Terceira em 1810 e ocupou a pasta de ministro interino da Guerra em 1870-1871, por impedimento do Marquês de Sá da Bandeira. Sendo um reputado especialista em assuntos militares, filho de um oficial que fez longa carreira nos Açores, nunca se vinculou politicamente às redes de poder das ilhas. Nunca seria eleito por nenhum círculo do arquipélago, nem surgiria no Parlamento como defensor de causas locais. Pelo contrário, fazia parte do chamado grupo dos Avilistas, ou seja da clique conservadora que se aglutinava em Lisboa à volta da figura e das redes de António José de Ávila.

O segundo açoriano da lista marca, porém, toda a diferença. António José de Ávila foi tudo o que havia para ser na política oitocentista. Natural da cidade da Horta era filho de um próspero negociante que subiu na vida a pulso desde

o banco de sapateiro, onde remendava solas. A sua lista de desempenhos de cargos políticos é notável, tendo sido, entre 15.3.1830 e 15.3.1871, ministro efectivo 14 vezes e 8 vezes interino, num total de 22 passagens pelas cadeiras do governo da Nação, que incluíram a prestigiada pasta do Reino (SILVA 1871: 7 e SARDICA 2005). O futuro duque de Ávila está entre os três indivíduos que mais cargos ministeriais ocuparam durante estes 41 anos, sendo apenas batido pelo Duque de Saldanha (com 23 passagens pelas cadeiras do poder), e pelo Marquês de Sá da Bandeira (que acumulou um total de 34 cargos ministeriais) (SILVA 1871: 35-36).

Nos primeiros anos de actividade António José de Ávila ainda mantinha um contacto relativamente regular com a política local do seu círculo de origem. Nas décadas de 1840 e de 1850, aquando de algumas graves crises de subsistência, vemo-lo ainda a tomar iniciativas e a liderar esforços. Contudo, esta ligação iria perder-se à medida que a sua influência e protagonismo se desenvolviam e reforçavam a nível nacional (MACEDO 1871: 235-251 e SARDICA 2005). Para destacados líderes de partidos ou cliques políticos não formalizadas (como era o caso do Duque de Ávila que tinha o seu próprio agrupamento de «amigos e clientes» denominado curiosamente os Avilistas), toda a densa teia de relações concentrava-se a um nível mais elevado, junto da elite do centro, organizada em redes sediadas em Lisboa. As relações com a periferia passavam rapidamente a ser chefiadas por intermediários de segunda linha, mesmo que se mantivessem contactos estreitos e recorrentes. O político liberal havia assim passado de um nível a outro. Nesta posição de topo a intermediação com a periferia já não era feita, necessariamente, de modo directo. No entanto, isto não quer dizer que o papel e o protagonismo de familiares seus no meio local deixassem de se manifestar. Pelo contrário, estes reproduziam-se através de actos de caridade e beneficência que funcionavam como formas de aumentar o capital simbólico e o protagonismo social de indivíduos, famílias, parentelas ou redes de poder.

Curiosamente entre 1830 e 1871, não encontramos nenhum ministro natural de Ponta Delgada. Este facto é tanto mais estranho quanto aquele distrito era particularmente rico, possuindo várias famílias cujas fortunas eram consideráveis, mesmo quando tomadas a nível nacional, bastando aqui referir o caso dos visconde da Praia (mais tarde marqueses da Praia e Monforte), dos Fonte Bela, ou dos Jácome Correia. Apesar de não existirem estudos definitivos, as nossas investigações apontam para uma maior presença da elite micaelense na Câmara dos Pares.

Embora não tenhamos dados precisos para a composição das origens geográficas dos diversos Pares ao longo do século XIX, existem alguns números, ainda parciais, para uma parte do período da Regeneração. Estes dão-nos novamente uma indicação da representação razoável que possuíam os arquipélagos atlânticos na elite política oitocentista. Dos 181 pares que tiveram nomeação régia entre 1852 e 1881 conhecesse a origem geográfica de 130. Novamente Lisboa surge na amostra como a principal área de recrutamento, sendo logo secundada, bem de perto, por Coimbra, a terra dos bacharéis. O peso das ilhas era mesmo assim expressivo. Dos arquipélagos eram oriundos 9 pares, ou seja 6,9% da amostra, tantos como a província inteira de Trás-os-Montes e mais do que o Algarve ou o Alentejo (ALMEIDA 1995: 117-121).

QUADRO 1 – NATURALIDADE POR DISTRITOS DOS MINISTROS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL PARA O PERÍODO DE 15 DE MARÇO DE 1830 A 15 DE MARÇO DE 1871

Distritos do continente e ilhas, áreas ultramar, e países estrangeiros	N.º de indivíduos que exerceram cargos ministeriais
Beja	1
Évora	2
Portalegre	7
Faro	2
Aveiro	5
Castelo Branco	3
Coimbra	12
Guarda	8
Viseu	4
Lisboa	42
Santarém	5
Braga	6
Porto	13
Viana do Castelo	6
Bragança	6
Vila Real	6
Angra	1
Horta	1
Funchal	4
Cabo Verde	1
Brasil	5
Itália	2
Total	142

Fonte: José Augusto da Silva (1871), *Notícia dos Ministros e Secretários de Estado do Regime Constitucional nos 44 Anos Decorridos desde a Regência Instalada na Ilha Terceira em 15 de Março de 1830 até 15 de Março de 1871*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 37.

Analisando mais de perto a naturalidade da elite que ocupou a direcção dos ministérios entre 1830 e 1871 verificamos que dos 142 ministros que dirigiram 324 pastas como efectivos e 163 como interinos, num total de 487, a esmagadora maioria era originária das áreas rurais. Lisboa (a cujo concelho foram agregados o de Belém e dos Olivais) forneceu 38 ministros de um total de 142, ou seja 26,7% do efectivo total. Se a este acrescentarmos aqueles que são oriundos do Porto (8) e de Coimbra (7), ficamos com 53 indivíduos representando 37,3%. Os restantes 62,6%, distribuem-se um pouco por todo o país. No entanto, esta predominância de elementos nascidos fora da capital e dos principais meios urbanos não significava, directamente, um poder das periferias sobre o centro, mas apenas a existência de circuitos de circulação geográfica das elites provinciais através da sua integração nas redes do Estado e nas redes da política.

Se os dados por distritos, até 1870, dão às ilhas um escasso contributo, a representação alarga-se consideravelmente quando tomamos o arquipélago no seu conjunto e quando analisamos o período mais lato da Monarquia Constitucional (1834-1910). Ou seja, a presença de açorianos será, sem dúvida, mais marcante nas décadas do último quartel do século XIX, fazendo com que a amostra para o período 1834-1910 se amplie.

No período mais curto da denominada Regeneração (1851-1890), já intensivamente estudado por Pedro Tavares de Almeida, vemos como a presença dos Açores foi razoável. É certo que entre 1851 e 1890 1/3 dos ministros nomeados era natural da comarca de Lisboa, cabendo a segunda posição à comarca de Coimbra (ALMEIDA 1995: 81). Porém, as ilhas atlânticas (Açores e Madeira) tinham fornecido já 8 ministros, um número superior ao da cidade do Porto (tomada apenas como comarca), e ao de ambas as províncias do Alentejo e do Algarve, durante o mesmo intervalo (ALMEIDA, 1995: 83-84). O papel, de facto, proeminente que Lisboa mantinha como área de recrutamento da elite ministerial, sobretudo se comparado com países como Espanha ou como França, não deve, por isso, fazer esquecer que os restantes 2/3 da amostra vinham de cidades médias como Coimbra, de capitais de distrito ou de concelhos rurais (ALMEIDA 1995: 84-85).

A figura do Duque de Ávila marcou o espectro político do liberalismo moderado e conservador no segundo e terceiro quartel do século XIX. Várias vezes ministro da Fazenda, sob variadíssimas situações políticas, era considerado um dos maiores especialistas em questões financeiras e fiscais. Geriu esta pasta em diferentes governos nos anos de 1841-1842, 1849-1851, 1857-1859,

1860-1862, 1865 e 1870. Depois dos curtos governos em 1868 e 1870-1871, Ávila seria novamente nomeado Presidente do Conselho de Ministros, cargo que acumularia com o de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1877-1878. Em aliança nem sempre benévola com os regeneradores, liderados por Fontes Pereira de Melo, iria manter os liberais avançados afastados do poder até 1879. Um bom indicador da sua importância e peso junto do Paço seria a sua escolha para presidente da Câmara dos Pares, após a saída do duque de Loulé em 11.10.1872. Ávila ocuparia este lugar até à sua morte em 3.5.1881. Foi ainda ministro da Justiça (1857) e dos Negócios Estrangeiros (1860-1862, 1865, 1868, 1870-1871 e 1877-1878).

Seria somente depois de 1880 que surgiria outro importante político oriundo dos Açores: Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Filho de uma família da burguesia de Ponta Delgada iniciaria a sua carreira como advogado e jurista de renome. O pai, Manuel José Ribeiro, tinha vindo do Brasil para São Miguel, estabelecendo-se como um dos sócios da firma Ribeiro & Rosa. Casaria com a filha de um outro membro da praça, de origem alemã, e tornar-se-ia um negociante e proprietário de destaque. A família vivia já com um assinalável conforto e possuía uma quinta de lazer nos arredores de Ponta Delgada. A Manuel José Ribeiro se deveu, por exemplo, parte importante no estabelecimento da malograda Companhia União Mercantil que, antes dos Bensaúde, tentou iniciar a navegação a vapor para os Açores (Francisco Maria Supico, «Escavações», *A Persuasão* n.º 1868 de 3/11/1897). Ernesto Hintze Ribeiro começou a frequentar as cadeiras dos ministérios bem cedo, no chamado «governo dos Meninos», em 1881, ocupando a pasta das Obras Públicas com apenas 31 anos. Tendo-se estreado como deputado eleito pela Ribeira Grande em 1877, ele foi, a partir de 1881, ministro em todos os gabinetes regeneradores. Em 1881, 1881-1883, 1883-1886, sob a batuta do velho Fontes Pereira de Melo, um dos seus principais protectores no Partido Regenerador, passou sucessivamente pelas Obras Públicas e pela Fazenda. Em 1890, foi ministro dos Negócios Estrangeiros no ministério de Serpa Pimentel. Em 1893, já chefe do Partido Regenerador, alcançou a Presidência do Conselho, partilhada informalmente com João Franco, na altura o ministro do Reino. Em 1900-1903 e em 1906, ano da sua morte, seria o Presidente do Conselho e ministro do Reino, tentando manter unido um Partido Regenerador que depois da cisão de João Franco em 1901 continuava a caracterizar-se por alguma turbulência.

Ao contrário de Ávila, Hintze manteve sempre uma forte influência junto dos regeneradores micaelenses. Foi o obreiro da visita que D. Carlos realizou

ao arquipélago em 1901 e tentou sempre orientar as espinhosas questões do Álcool Industrial e dos Tabacos, áreas onde os interesses das elites micaelenses colidiam com os de importantes grupos de pressão nacionais. O seu irmão e sobrinho, já bem casados, foram eleitos deputados pelos Açores e subiram, mais tarde, à Câmara dos Pares.

No seu caso pessoal, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, o apuradíssimo e desde cedo alcunhado «casaca de ferro», seria nomeado par em 1886, com apenas 36 anos. Era uma ascensão fulgurante, seria o único caso de um indivíduo das classes médias que ascenderia ao pariato antes dos 40 anos, mais jovem ainda que António José de Ávila (ALMEIDA 1995: 121).

Em todos estes anos o único ministro importante, natural de Angra, foi Jacinto Cândido da Silva, que ocupou a pasta da Marinha e Ultramar entre 1895 e 1897. Começou a sua vida parlamentar em 1890, tendo sido eleito para legislaturas de 1890-1892, 1893, 1894, 1896-1897, 1899 e 1900. Neste último ano, já afastado do Partido Regenerador, e enquanto tentava organizar o partido Nacionalista, agregando os interesses católicos, foi nomeado par do reino. Juntos para o seu gabinete foram o seu irmão Emídio Lino da Silva e o seu amigo e oficial de Marinha, Manuel de Azevedo Gomes. Em 1893, Jacinto casou com a filha dos condes de Proença-a-Velha. Durante o seu período de ministro Mouzinho de Albuquerque capturou o Gungunhana e remeteu-o para Lisboa. Daqui seria enviado para a Terceira, onde a mãe e a irmã do ministro acompanharam cristãmente os prisioneiros cafres, que haviam chegado acompanhados pelas suas várias esposas. Esta deve ter sido uma ocasião de glória para a burguesa e conservadora família Silva, uma das principais dinastias dos negócios da praça de Angra. Um filho ministro que pacificava colónias e desenvolvia a Marinha de Guerra era um bom cartão de visita em qualquer salão. Em 1897 Jacinto Cândido seria nomeado par do reino, o lugar mais prestigioso e independente da política, onde um notável podia fazer doutrina e escola, sem se maçar com as tricas e eleições parlamentares. O seu irmão, Emídio Lino da Silva Júnior, iria também seguir uma carreira no Partido Regenerador. Mais discreto, foi eleito deputado, sempre pelo círculo de Angra do Heroísmo, para as legislaturas de 1904, 1905-1906, 1906, 1906-1907, 1908-1910 e 1910.

Algumas trajectórias políticas a nível nacional, como por exemplo a de Hintze Ribeiro, estavam ligadas a um percurso bem sucedido na liderança e na organização de uma clique a nível distrital, que se poderia manter mesmo quando o protagonista era já um dos principais marechais partidários. Em Portugal con-

tinental é bem conhecido o caso de João Franco, na Beira Baixa, ou de António Teixeira de Sousa, que nos últimos anos da monarquia mantinha bem assente sob a sua alçada, e a dos seus representantes locais, a política regeneradora nos distritos de Vila Real e de Bragança. Infelizmente, os estudos recentes em torno da figura de João Franco deixaram de lado estes aspectos menos modernos do seu modo de fazer política (RAMOS 1999). Nos Açores sabemos como Hintze nunca descurou um certo nível de intervenção em São Miguel, quer directamente quer através de parentes próximos e amigos. A família de Jacinto Cândido da Silva também permaneceu uma das principais cliques organizadas na política regeneradora no distrito de Angra, mesmo depois deste abandonar o partido para fundar o Partido Nacionalista. Esta retaguarda política era mantida por redes de poder que se estruturavam à volta do prestígio pessoal acumulado pelo próprio e pela parentela, e pelos favores e ligações particulares que se estabeleciam com os detentores locais de cargos de poder ligados à administração pública. Embora estes casos fossem comuns e fizessem parte do *ethos* da política liberal continuam, mesmo assim, a fazer falta estudos de âmbito local e regional capazes de nos dar mais certezas e de definir possíveis padrões e eventuais mudanças ao longo do tempo nas relações entre os protagonistas do centro e os espaços políticos da periferia (ALMEIDA 1991: 131-140, 178-189).

No governo de José Luciano de Castro de 1897 seria ministro Francisco Maria da Cunha. Nascido em Angra, em 1832, era filho de um general de brigada, Francisco Jacques da Cunha. Tal como seu pai seguiu a carreira militar, tendo terminado como general de divisão. Como o já citado Morais Rego, o seu nome não tinha, contudo, qualquer peso ou ligação à política local, à qual era completamente estranho. O seu nascimento na ilha Terceira fora fruto do acaso e da trajectória da carreira do progenitor (SOARES 1908: vol. I, 33). Francisco Maria da Cunha era contudo um nome conhecido nos círculos coloniais. Foi governador-geral de Moçambique e da Índia, esteve na direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa e teve uma carreira parlamentar relativamente longa, quer como deputado, quer como par do Reino, antes mesmo de ter sido chamado a chefiar a pasta da Guerra. Esta sua passagem pelo gabinete progressista seria, contudo, curta, não tendo tornado a fazer parte dos elencos de governo (SANTOS 1986 e MOREIRA 2004: 939-941).

Se olharmos para as origens sociais destes 5 indivíduos vemos que proviham daquilo a que na época se chamavam «classes médias». Eram filhos de militares ou de negociantes, com parentes funcionários ou proprietários.

A maior parte deles não só eram plebeus, como em vida nunca aceitaram títulos de nobreza, se se retirar daqui o exemplo de António José de Ávila, muito conhecido pela sua vaidade e prazer em acumular títulos e condecorações. Conde em 1864, marquês em 1870 e duque em 1878, Ávila seria, de facto, ao longo da sua vida agraciado com quatro comendas, três grã-cruzes, e com o grau de cavaleiro da Torre e Espada pelo Estado português. As condecorações estrangeiras que recebeu eram em número de vinte e nove, oriundas de vinte e três países diferentes. Semelhante quantidade, que Ávila colecionava e usava com gosto e ostentação, fazia-o alvo das críticas mais mordazes. Porém, na nossa pequena amostra a fraca presença de títulos de nobreza acompanha os estudos já realizados para o período da Regeneração. Entre 1851 e 1890 aproximadamente 4/5 dos indivíduos que ocuparam posições ministeriais eram igualmente plebeus, ou seja não tinham títulos formais de nobreza ou fidalguia, provindo quase todos das classes médias urbanas e rurais (ALMEIDA 1995: 97-100).

Entre 1834 e 1910, ao nível da presidência da Câmara dos Deputados a presença de açorianos é escassa, mas novamente registam-se alguns exemplos. O conde de Sieuve de Menezes foi vice-presidente em 1879, ascendendo a par do Reino, por decreto de 29.12.1881. O micaelense e Juiz do Supremo Tribunal, Luís Fisher Berquó Poças Falcão, foi também vice em 1898, e presidente em 1899 e 1900. Tratava-se de um nome querido a Hintze que, no entanto, teve uma passagem curta por estes lugares (MARQUES e LOURO 1980: 384). Por Carta de 4.4.1905 seria nomeado par do reino sem direito de sucessão. Na Câmara dos Pares há que recordar novamente o nome de Ávila que presidiu a esta assembleia durante um período relativamente longo, entre 1872 e 1881, data do seu falecimento. Apesar da lenda negra e do manto de prosaísmo enfatado que se associou à figura deste faialense, na sequência da proibição das Conferências do Casino, o seu peso na política, até 1881, marca decisivamente esta nossa pequena amostra.

3 – Representação dos Açores entre o alto funcionalismo público

Depois desta primeira viagem entre os políticos passaremos a uma pequena amostra de seis altos funcionários públicos. Os secretários-gerais, directores-gerais e chefes de repartição formavam o núcleo principal da elite administrativa da Monarquia Constitucional. Dirigiam os serviços centrais do Estado, coordenavam e fiscalizavam o expediente burocrático, acompanhavam e

aconselhavam os ministros na elaboração e execução das políticas e na criação e reforma da legislação (ALMEIDA 1995: 288). Os nomes que agora citaremos são bem mais discretos que os anteriores, parte deles foram mesmo esquecidos, não figurando sequer em qualquer placa da toponímia do arquipélago. Esta amostra de açorianos está concentrada no período posterior a 1852, quando as estruturas administrativas centrais foram reformuladas e ampliadas, alargando-se ao mesmo tempo os critérios de recrutamento. Nos nossos dias poderá parecer estranho a inclusão de chefes de repartição entre a elite burocrática do Estado. Contudo, durante a Monarquia Constitucional este era um cargo discreto, mas de relevo, onde se chegava quase sempre por concurso e após um longo tirocínio em lugares inferiores na máquina administrativa. Dois casos bem relevantes nesta amostra são Luís António Nogueira, que foi secretário-geral (23.06.1870 a 28.06.1884) e director-geral do ministério do Reino (15.10.1869 a 28.06.1884), onde chefiou a poderosa máquina da Direcção-Geral da Administração Política e Civil, e Pedro Roberto Dias da Silva, chefe da repartição de contabilidade do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), durante décadas (ALMEIDA 1995: 356). O primeiro, avô materno do poeta Fernando Pessoa, nasceu em Angra em 1831, membro de uma família conhecida da classe média, bem aparentada com a burguesia de mais recente extracção; o segundo, nascido na mesma cidade a 7.6.1815, tinha as suas origens numa burguesia mais pequena e discreta, tendo-se sempre mantido ligado ao distrito, por laços familiares e políticos. Seria eleito deputado, por longos anos pelo círculo das Velas, até ser escolhido para par do Reino em 1885.

Um pouco como Ávila, Luís António Nogueira era filho de famílias humildes que haviam feito razoável fortuna nos negócios. Seu pai, Abílio Ponciano Nogueira, filho de camponeses, tinha começado a vida como jardineiro e feitor do negociante e capitalista Jacinto Cândido da Silva Sénior, na sua Quinta dos Prazeres, à Boa Hora. Rapidamente, passou a tratar de negócios, anunciando-se em 1852 como vendedor à comissão e à consignação de prédios urbanos e rústicos. À data da sua morte, em 1860, deixou bens no valor de 21 contos aos seus filhos, todos eles bem casados. Um tio de Luís António, João António Nogueira, foi escrivão da Administração do Concelho, secretário da Associação Comercial de Angra, tendo tido algum peso na vida política local (MERELIM 1974: 47-67). Depois dos estudos em Coimbra, concluídos em 1855, Luís António regressou aos Açores e fez-se notar pelas suas capacidades, quando exercia o cargo de secretário-geral do Governo Civil de Angra.

Depois da sua transferência para cargo idêntico no Porto teve uma carreira relevante, ocupando cargos de crescente destaque como Procurador-Geral da Coroa e Fazenda. Foi eleito deputado na legislatura de 1857-1858 e, ao longo dos anos, consolidou o seu perfil de especialista na área do Direito Administrativo, colaborando em várias revistas da área. Em 1875 seria um dos redactores do jornal *O Direito*, tendo como colega de redacção José Luciano de Castro. Ao longo da sua carreira serviu habilmente vários ministros de diferentes partidos. Era a Luís António Nogueira que se referia Júlio de Vilhena quando, nas suas *Memórias*, contava a anedota do astuto director-geral que guardava sempre dois projectos de Código Administrativo na gaveta, fruto do trabalho de comissões anteriores. Um destes projectos era centralizador e o outro descentralizador, consoante o figurino do novo ministro ele propunha um ou outro para serem analisados e eventualmente promulgados para glória do novo detentor da pasta.

Novamente como Ávila, quer Luís António Nogueira, quer Pedro Roberto Dias da Silva começaram as suas carreiras a nível local. O primeiro, após se licenciar em Coimbra, regressou à Terceira, onde foi vogal do conselho de distrito e, depois, por longos anos, entre 1858 e 1865, exerceu o cargo de secretário-geral do governo civil em várias capitais de distrito. O segundo, Pedro Roberto, fez os estudos liceais em Angra, onde foi delegado do tesouro no final da década de 1840 e inícios da seguinte. Em 1852 era procurador à junta geral do distrito. Em 1853 partiu para Lisboa, iniciando uma carreira no ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria como oficial da repartição de Contabilidade. A 21.3.1859 seria nomeado chefe interino da mesma, dado o seu detentor do lugar estar em comissão de serviço em Londres, onde era o responsável pela agência da Junta de Crédito Público. A 27.1.1869 passava a chefe de repartição efectivo, tendo apenas cessado estas funções a 26.1.1891, ou seja por falecimento (ALMEIDA 1995: 376). Se bem que discreto, este era um lugar muito importante na engrenagem do ministério, exigindo fortes competências de natureza técnica, jurídica e contabilística. Na prática Pedro Roberto Dias da Silva tinha gerido esta importante repartição durante 32 anos.

Paralelamente teve uma carreira política de algum relevo. Foi eleito oito vezes deputado, sempre pelo círculo das Velas (eleições de 1860, Março e Setembro de 1870, 1871, 1874, 1877, 1878 1879, 1881, 1884). A 2.12.1885 seria eleito par do Reino pelo distrito de Angra. Reeleito consecutivamente oito vezes, entre 1870 e 1884 por este mesmo círculo, ele fazia parte do grupo dos

decanos da câmara representativa. Foi um deputado com uma razoável actividade parlamentar, destacando-se, sobretudo, na defesa dos interesses do seu círculo, em discussões orçamentais e de organização dos serviços burocráticos do Estado. A ele e a José Maria Sieuve de Meneses se devem inúmeras interpelações e iniciativas legislativas de âmbito local relacionadas com obras públicas, portos, navegação, questões de organização judicial, eclesiástica e de saúde pública. As câmaras municipais e a imprensa regeneradora do distrito de Angra do Heroísmo eram pródigas em elogios à sua capacidade em distribuir e angariar recursos financeiros para as ilhas de São Jorge, Graciosa e Terceira. Durante várias legislaturas Pedro Roberto integrou ainda as comissões de obras públicas, de estatística, da fazenda, do orçamento e do comércio e artes do Parlamento. O seu filho, Pedro Roberto da Cunha e Silva, viria a ter, mais tarde, uma promissora carreira como alto funcionário no mesmo ministério das Obras Públicas, chefiando vários serviços ligados à área florestal. Tal como outros exemplos entre a elite administrativa portuguesa, alguns destes homens tiveram longas carreiras na administração, subindo lentamente os vários degraus da burocracia, passando por várias provas e exames de selecção. Por um lado, este auto-recrutamento e longa permanência nas mesmas Secretarias aprofundava a «profissionalização» dos funcionários, consolidava o conhecimento da máquina administrativa e reforçava a sua especialização em determinadas áreas. Por outro, podia reforçar a rotina, a incapacidade em inovar e em reagir perante novas situações, dando um poder acrescido aos altos funcionários quer no processo de decisão, quer na elaboração das leis e na gestão do circuito de aprovação dos diplomas (ALMEIDA 1995).

O também angrense Augusto Ribeiro é outro caso que se assemelha a este tipo de trajecto, embora com uma ligação mais forte à imprensa e à esfera política do Partido Progressista. Novamente, encontrámos alguém oriundo de famílias da classe média dos pequenos centros urbanos sedes de distrito. Mas esta não era uma família tão recente como a de Ávila, de Pedro Roberto ou de Luís António Nogueira. O pai de Augusto Ribeiro era um pequeno funcionário da repartição distrital de Fazenda que durante muitos anos foi o redactor principal do jornal *O Angrense*. O seu avô tinha sido governador militar do Faial e alcançara o posto de general de brigada. Havia ainda a sombra tutelar de um bisavô, João da Rocha Ribeiro, que fora um dos mais ricos negociantes que a cidade de Angra tivera nas décadas iniciais do século XIX. Sendo um burguês abastadíssimo que vivia à lei da nobreza, tinha também uma ampla residência no centro da cidade, importante trem de aparato e uma quinta de

lazer na zona de São Carlos (SOARES 1908: vol., II, 318-321). Augusto Ribeiro nasceu em 1853. Começou a sua vida profissional como professor no Liceu de Angra, embora sem qualquer grau de bacharelato; colaborou activamente na imprensa local e, desde cedo, militou politicamente nos meios mais avançados. Mudou-se para Lisboa em 1877, iniciando uma carreira na imprensa e, mais tarde, no Parlamento. Foi três vezes eleito deputado por Angola (1887, 1889 e 1890), sendo ainda secretário dos ministros da Marinha conde de Macedo, Barros Gomes e Ressano Garcia, neste lugar aprofundaria a sua especialização como conhecido perito em questões coloniais. A 30.9.1887 fazia provas públicas para amanuense da Direcção-Geral do Ultramar. Rapidamente seria promovido a segundo e a primeiro-oficial. Em 1897 era nomeado chefe de repartição na dita direcção-geral (decreto de 26.5.1897). Em Lisboa e em simultâneo a esta carreira como funcionário e político fez parte da redacção de inúmeros periódicos, tendo sido um dos fundadores e principais redactores do *Comércio de Portugal*, colaborando ainda na *Revolução de Setembro*, *Correspondência de Portugal*, *O Progresso*, *O País*, e *Diário de Notícias e Diário Popular*. No seu perfil mistura-se novamente o burocrata, o especialista em questões de natureza técnica e jurídica com o político e o jornalista. Ao longo da sua carreira tentou acompanhar algumas das reivindicações açorianas, escreveu vários opúsculos sobre questões coloniais e foi Professor Efectivo da Escola Colonial de Lisboa (decreto de 20.3.1906). A culminar este perfil de académico e especialista foi sócio de várias instituições culturais e académicas, nacionais e estrangeiras, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Instituto de Coimbra, o Instituto Imperial de Londres ou a Sociedade de Estudos Coloniais de Paris.

Um outro angrense que chefiou uma repartição ministerial foi Alberto Teles de Utra Machado, nascido em 1840 nesta capital de distrito, embora a família fosse originária da Horta. O pai, bacharel em Direito, viria a repartir a sua vida profissional entre a magistratura e a advocacia. Depois de uma curta experiência como juiz de fora durante o regime miguelista abriria banca de advogado, tendo mais tarde sido reintegrado e nomeado delegado do procurador régio e juiz. No seguimento desta carreira a família viria a instalar-se no continente, onde Alberto seguiu as pisadas paternas e se formou em Direito, em Coimbra (29.4.1863). Indo viver para Lisboa ingressou jovem na administração pública. Contudo seria apenas promovido a chefe da 2.^a repartição da Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos (Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos) por decreto de 27.6.1903. Assinando Alberto Teles foi um

publicista de razoável sucesso. Traduziu autores de grande notoriedade na época como Théophile Gautier e Lord Byron. Deste último seria o tradutor da versão portuguesa de *Childe Harold's Pilgrimage*, assinando ainda opúsculos sobre a passagem do poeta por Portugal e sobre a vida do escritor Camilo Castelo Branco. A sua colaboração na imprensa foi longa e intensa, tendo escrito para periódicos importantes como a *Ilustração Portuguesa: revista literária e artística* (1884-1890). Porém, mais do que um grande especialista em questões técnicas e administrativas foi, sobretudo, mais um literato entre a elite da época. Curiosamente, apesar de ter saído relativamente jovem dos Açores assinaria alguns trabalhos de História Insular e seria o autor de uma corografia do arquipélago que alcançou razoável sucesso. A reforçar este seu apego à vida de literato é de salientar que Alberto Teles nunca viria a ser eleito deputado ou a ocupar cargos políticos ou de direcção de empresas e sociedades. Tal como os filhos de alguns dos outros altos funcionários antecessores, os seus também irão frequentar as universidades ou então ingressar na carreira militar. Num dos casos chegarão aos tribunais superiores, no outro a governadores coloniais e a ministros já na década de 1920. A integração na elite estava consumada (SOARES 1908: vol. II, 426-427 e vol. III, 195-196; LIMA 1922: 716-717).

Nesta pequena amostra o contingente de Ponta Delgada é novamente relativamente pequeno, sobretudo quando em comparação com o peso económico, demográfico e político deste distrito¹. Apenas nos surge o nome de José de Torres, chefe da repartição de Estatística do MOPCI, até aos primeiros anos da década de 1870 e um dos grandes especialistas nacionais na matéria. A 5.10.1859 era nomeado primeiro-oficial da dita Repartição, a 31.12.1864 subia a chefe, cargo que já exercia interinamente. Já com a saúde muito abalada cessaria funções a 4.5.1874 (ALMEIDA 1995, 375). O seu percurso seria semelhante aos anteriores, tendo iniciado a sua carreira em Ponta Delgada, cidade onde nasceu a 27.06.1827. Contudo, em José de Torres convergia uma multiplicidade de interesses e de actividades. Sem deixar de ser um literato, era um técnico, especialista em questões estatísticas; sem nunca se assumir como um historiador ou como um jornalista manteve-se sempre ligado ao mundo dos negócios. Começou a carreira na administração, em 1841, como

¹ Suspeitamos que Manuel Tavares de Medeiros, chefe de repartição do ministério da Fazenda entre 1884 e 20.12.1892, possa ser oriundo de São Miguel. Contudo, não encontramos ainda dados que corroborem esta hipótese.

amanuense da extinta contadoria da Fazenda de Ponta Delgada, em Dezembro de 1844 passaria a empregado da Câmara Municipal da mesma cidade, transitando para segundo-oficial do governo civil em Março de 1849. Desvinculou-se do seu lugar no governo civil em 1852 e veio residir para Lisboa, onde iniciaria uma vida de intenso trabalho na administração pública, ligando-se ainda a algumas grandes companhias. À sua actividade como funcionário eram acrescidas funções de gerente, director, e presidente de várias companhias bancárias e industriais. Em 1871-1874 era o presidente da mesa da assembleia-geral do Banco Lusitano. Para além destas actividades funcionava ainda como *broker* em questões políticas e administrativas ligadas ao arquipélago, facilitando o andamento de vários negócios insulares.

Em 1859, José de Torres, faria uma missão de estudos por Espanha, Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha, onde muito aperfeiçoaria os seus conhecimentos estatísticos e de organização dos serviços. Mais tarde, em 1863-1864, este capital acumulado de saber permitir-lhe-ia ser o cérebro incansável por detrás do primeiro Recenseamento Geral da População. Foram da sua lavra as instruções para as distintas autoridades, os modelos e métodos de trabalho e o sistema de apuramento, feito pelo método nominal e simultâneo. Seria igualmente encarregado oficialmente de inquirir acerca dos recursos disponíveis para aquartelamentos militares. Fez ainda parte de várias comissões e inquéritos alguns deles espinhosos e politicamente sensíveis, como os inquéritos à companhia dos caminhos de Ferros Portugueses, à contabilidade geral do ministério das Obras Públicas e à Companhia União Mercantil. Incansável coleccionador de informação deixaria uma razoável bibliografia sobre assuntos estatísticos e históricos, tendo ainda dirigido e colaborado em vários periódicos, como a *Revista dos Açores*, *O Futuro*, *O Progresso*, *A Opinião*, *O Panorama* ou *O Arquivo Pitoresco*. Deixou inédita a colectânea *Varietades Açorianas*.

Quanto ao distrito da Horta temos apenas um diplomata funcionário, Manuel Garcia da Rosa. Tendo nascido no Pico, em 1825, filho do 1.º barão da Areia Larga e neto de um desembargador, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1856). Seguiu posteriormente a carreira diplomática, transitando ao fim de longos anos no estrangeiro para chefe de repartição no ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1885 (ALMEIDA 1995, 288, 291, 316). Tal como outros homens desta amostra começou a sua experiência política em cargos locais e foi eleito deputado, mas apenas uma única vez, em 1856, tendo representado em Cortes o círculo da Horta.

4 – Conclusão

Uma integração e socialização nos circuitos da burocracia, da política e da imprensa permitia, facilitava e acelerava uma circulação da periferia em direcção ao centro do poder, alimentando-o e, de certa forma, possibilitando o acesso dos novos protagonistas. Se entre os candidatos se encontravam indivíduos de algum talento, especialistas em áreas importantes do saber técnico, jurídico ou administrativo as possibilidades de circulação e de almejar carreiras importantes na burocracia estatal aumentavam ainda mais.

Através deste pequeno exercício podemos perceber como o Liberalismo inaugurou um tempo novo e operou, de facto, uma enorme ruptura com o Antigo Regime. As velhas famílias da nobreza dos três principais centros urbanos do arquipélago estão ausentes da amostra de ministros e de altos funcionários públicos que aqui apresentámos. Apenas nos casos de José Maria Sieuve de Meneses e Luís Berquó Poças Falcão surgem ligadas ao exercício de cargos electivos nas câmaras representativas. Se já havia açorianos a ocupar altos cargos nas décadas de 1810 e 1820, nas pessoas do conde de Subserra e do conde da Póvoa, o recrutamento tornar-se-ia, posteriormente, mais aberto, generalizado e passaria a incluir as chamadas classes médias, acentuando-se na segunda metade do século XIX, num movimento que acompanhava o crescimento da burocracia estatal. A dinâmica meritocrática e burguesa da sociedade oitocentista repercutia-se, assim, de um modo bem claro nas periferias, servindo aqui os Açores, como um pequeno estudo de caso. Nestes novos circuitos de circulação e de formação das elites, o canal administrativo, a experiência, a especialização, tal como os diplomas de estudos superiores, constituíam factores decisivos.

Parte destes homens mantinha aspirações literárias, pretensões de erudição e uma forte participação cívica. Porém, mais do que intelectuais como Antero de Quental ou Teófilo de Braga, preocupados com os valores colectivos e com a manipulação dos bens simbólicos que governam uma comunidade, estes homens eram especialistas experientes que conheciam em pormenor a operacionalização dos saberes práticos e aplicados que organizavam as rotinas do poder e do Estado. Talvez por isso a sua longa experiência de burocratas, feita da interiorização de regras transmitidas pelas instituições, conduzia-os a posições políticas menos especulativas e mais conformistas.

Boa parte destes açorianos, apesar das carreiras e de uma trajectória que os afastou das ilhas, nunca iriam cortar os laços com o arquipélago. Seja como

representantes no Parlamento, publicistas, políticos ou como agentes de mediação informais, manteriam sempre relações e redes pessoais que os continuariam a ligar aos Açores. Nesse sentido, seria interessante em trabalhos futuros verificar se encontramos padrões semelhantes noutras regiões do país.

Se António José de Ávila e Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro são as figuras maiores e mais conhecidas, o facto é que estão acompanhados. Mesmo sem poder avançar já com números exactos pensamos ser possível afirmar que o peso do arquipélago nas elites políticas e administrativas portuguesas era expressivo e estava longe da retórica pessimista veiculada por algum pensamento de pendor regionalista. Este peso é tanto mais expressivo quanto era pequeno o peso demográfico e económico do arquipélago.

Esta presença de açorianos nas elites políticas nacionais irá continuar na Primeira República. Muitos destes protagonistas sairão novamente das classes médias e terão carreiras importantes. E aqui não nos referimos apenas aos nomes mais conhecidos de um Teófilo Braga ou de um Manuel de Arriaga. Outros como Azevedo Gomes, António Joaquim de Sousa Júnior, Goulart de Medeiros ou José Nunes Ponte tiveram importantes carreiras em pastas ministeriais, nos partidos políticos, no Senado e no Parlamento. Do outro lado da barricada, João Alberto de Azevedo Neves, catedrático de Medicina e ministro do Sidonismo, seria um nome importante na oposição à República; tal como Filomeno da Câmara de Melo Cabral, um militar desde cedo ligado a movimentos reaccionários como a Cruzada Nun^o Álvares e às movimentações golpistas que dariam origem ao 28 de Maio de 1926.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Tavares de (1995), *A Construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Lisboa, Tese Dout. Sociologia Política, Univ. Nova de Lisboa.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa: Difel.

LIMA, Marcelino (1922), *Famílias Faialenses: subsídios para a História da ilha do Faial*, Horta: Tip. Minerva.

MACEDO, António Lourenço da Silveira (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. II, Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981.

- MARQUES, A. H. de Oliveira e LOURO, Francisco de Carvalho (dir.) (1980), *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1930)*, Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores.
- MERELIM, Pedro de (1974), «Ramo Familiar Materno de Fernando Pessoa: Cons. Luís António Nogueira», *Atlântida*, vol. XVIII, n.º 1-4 e 5, pp. 47-67.
- MONTEIRO, Nuno (1998), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOREIRA, Fernando (2004), «Francisco Maria da Cunha», in Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa: Assembleia da República, vol. I, pp. 939-941.
- SANTOS, Manuel Pinto dos (1986), *Monarquia Constitucional: Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa: Assembleia da República.
- SARDICA, José Miguel (2005), *Duque de Ávila e Bolama – biografia*, Lisboa: D. Quixote/Assembleia da República.
- SILVA, José Augusto da (1871), *Notícia dos Ministros e Secretários De Estado do Regime Constitucional nos 44 Anos Decorridos desde a Regência Instalada na Ilha Terceira em 15 de Março de 1830 até 15 de Março de 1871*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOARES, Eduardo de Campos de Azevedo (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, Porto: Fernando Machado Editores, 3 vols.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2007a), «A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal (1832-1878)», in Pedro Tavares de ALMEIDA e Rui BRANCO (dirs.), *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 83-108.
- SOUSA, Paulo Silveira (2007b), «Estado, municípios e elites locais nos Açores durante o Liberalismo (1834-1910): uma proposta de interpretação», in *III Seminário Internacional de História do Município no Mundo Português*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 179-208.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2008), «Os deputados dos Açores (1834-1908): Um retrato colectivo dos representantes da periferia», in *O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, no prelo.

